

Nacionalismo e História em Nelson Werneck Sodré (1911-1999)

João Alberto da Costa Pinto *

Resumo

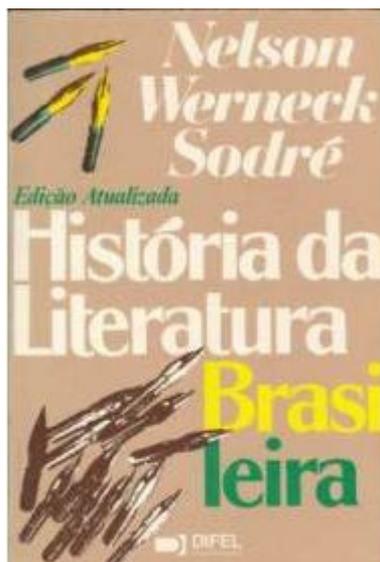
Comemora-se neste ano de 2011 o centenário de nascimento de Nelson Werneck Sodré, um dos mais expressivos intelectuais brasileiros do Século XX, que além das dezenas de livros que publicou, também fez carreira como militar (General de Brigada). Neste artigo apresento uma breve notícia de sua trajetória intelectual, das suas perspectivas políticas e proposições historiográficas.

Palavras-chave: Nacionalismo; Nelson Werneck Sodré; Historiografia.



* **JOÃO ALBERTO DA COSTA PINTO** é Doutor em História pela UFF (2005). Professor na Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás (UFG).

O conjunto da obra de Nelson Werneck Sodré envolve uma larga cronologia de publicações, de 1938 a 1995 foram 58 livros publicados, muitos deles com inúmeras reedições e alguns que nessas reedições sofreram também reformulações abrangentes, (ainda que sob o mesmo título acabassem por se caracterizar como livros novos), exemplo dessa caracterização é o livro *História da Literatura Brasileira* (1938), que teve na terceira edição (1960) mais que o dobro de páginas da primeira edição, inclusive com reformulações metodológicas profundas, nessa reedição é outro livro, mas com o mesmo título. Outro exemplo é o livro *Introdução à Revolução Brasileira* (1958), publicado sob a chancela editorial do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), que nas três edições posteriores (1963, 1967 e 1978) teve o acréscimo substantivo de três capítulos sobre os quatro iniciais, além de importantes reformulações conceituais tanto que quando o livro é visto na sua configuração final (na 4ª edição de 1978), apresenta alguns aspectos teóricos contraditórios sobre a formação histórica brasileira, no cotejo dos capítulos iniciais com os que foram acrescidos. São livros “mutantes” que escondem por trás do mesmo título uma ampla reavaliação conceitual que o autor impôs à sua obra. No cenário da *Intelligentsia* brasileira, Nelson Werneck Sodré foi um dos que mais reavaliou a sua produção intelectual e o fazia objetivamente na reformulação dos seus livros, como “subjetivamente” o fazia através, principalmente, dos



quatro volumes de suas *Memórias de um Escritor*¹ onde comentou criticamente a produção circunstanciada de sua obra.

Na larga cronologia de publicações e na vasta quantidade de títulos, a produção sodreana tem dois momentos cronológicos distintos que demarcam substantivas alterações conceituais na sua estrutura interna: o

primeiro vai de 1938 a 1945 e o segundo de 1958 a 1964. Os trabalhos publicados após 1964, na sua maioria, reafirmam conceitualmente as teses do segundo período. Inicialmente, pode-se afirmar que o substrato essencial do pensamento e da intervenção política do historiador carioca dá-se com a produção acontecida na conjuntura de 1958-1964, momento em que revisa e

¹ SODRÉ, Nelson Werneck. *Memórias de um Escritor*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. Neste livro, o autor cobre com suas memórias o período de sua infância até 1945. Deu seqüência com outros três títulos a sua reflexão memorialística. Para narrar o período de 1946 a 1957 publicou – *A Luta pela Cultura*. (Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990). Para o período de 1958 a 1963 escreveu – *A Ofensiva Reacionária*. (Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991). E finalizou a série dedicando ao período de 1964 a 1972 o livro – *A Fúria de Calibã*. (Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992). Nestes quatro volumes, nota-se a grande preocupação do autor no uso de referências documentais contextuais, sobre os fatos de política e de cultura a que esteve direta ou indiretamente envolvido. Preparou para os estudiosos da sua obra, um roteiro muito bem documentado de sua trajetória intelectual e realizou um extraordinário painel da história política da *Intelligentsia* brasileira no século XX. E pode-se definir o conjunto desses quatro títulos (que mereciam uma reedição conjunta) com o título dado ao volume primeiro: *Memórias de um Escritor*.

em parte abandona conceitualmente a sua produção anterior, quando se consagra como professor do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Quase toda a produção desse período nasceu de trabalhos apresentados no ISEB (1956-1964). Outros trabalhos apareceram como artigos publicados na imprensa carioca, essa atividade na imprensa, diga-se de passagem, foi fundamental para os embates políticos do autor, que em muitos momentos, serviu-se de suas colunas jornalísticas para dar notícias do ISEB e/ou para defender a instituição de críticas, dessa colaboração com a imprensa destaca a sua contribuição para os jornais cariocas – *O Semanário*, *Última Hora* e *Luta Democrática*.

Desse modo, e sob um ponto de vista formal, o que proponho é que o *modelo explicativo* do autor definiu-se da cultura intelectual advinda da experiência no ISEB e não, como é comum afirmar, um endosso de teses importadas do modelo explicativo da Terceira Internacional Comunista (especificamente as teses encaminhadas como modelo para a América Latina que foram apresentadas no VI Congresso, Moscou, em 1928). Obviamente que o autor dialogará com a cultura política pecebista, mas, *não será apenas dessa cultura* que imantará as suas proposições analíticas, a concepção de mundo do autor é a do nacionalismo *isebiano*. Dentro do ISEB o autor viu-se contingenciado a um universo intelectual complexo e plural, mas determinado a um centro notadamente nacionalista, o autor é um intelectual nacionalista que tinha no marxismo (leninismo) a sua ferramenta teórico-metodológica. Do corporativismo nacionalista (décadas de 1930 e 1940) fortemente inspirado em Oliveira Vianna e Azevedo Amaral, o autor construirá sua autonomia teórica

sempre no campo do nacionalismo, mas junto ao ISEB, tal nacionalismo esteve escudado com as “ferramentas” do marxismo-leninismo. Dentro do ISEB vários intelectuais dialogaram com o marxismo, além de Werneck Sodré, cito, por exemplo, Ignácio Rangel, contudo, importa ressaltar que não houve no instituto uma base marxista, o espectro fundamental sempre foi o nacionalismo antiimperialista, mesmo no momento de maior “radicalidade” (1963 e 1964) os *isebianos* (como Sodré, Vieira Pinto, Wanderley Guilherme, entre outros) sempre foram, no limite, nacionalistas de “esquerda”. E é sob a perspectiva do nacionalismo histórico que se deve afirmar ideologicamente o autor no campo da história intelectual brasileira.

O autor tem no corpo de sua obra duas proposições de Estado Nacional. Em primeiro lugar aquela que apóia e justifica o modelo do Estado Corporativo de Getúlio Vargas no período de 1937-1945, e, depois, aquela em que propõe uma ampla participação democrática das classes sociais timbradas pela luta nacionalista em confronto direto com os interesses políticos e econômicos do imperialismo capitalista, confronto esse que foi radicalizado no período 1954-1964. Nas duas situações uma posição política do autor é manifesta: a sua intransigente posição nacionalista antiimperialista. Dessa maneira, toda a reflexão teórica de Sodré, apresenta-se como um instrumento mediador de sua intervenção política e como tal não se pode refletir sobre a sua produção historiográfica, sem se considerar esse aspecto central. Mas, o que a análise historiográfica contemporânea quase sempre apresenta é a redução de sua obra a determinações ideológicas de um marxismo importado e sem originalidade alguma. Permanece ainda

sobre Nelson Werneck Sodré o estigma de ser um autor esquemático, marcadamente ideológico, pouco “científico”. A ignorância dessas afirmações deu-se em meio à cultura acadêmica uspiana que na década de 1970 procurava “esmagar” os “ideologismos nacionalistas” da tradição isebiana (Sodré incluído, obviamente) frente à legitimação dos protocolos do saber acadêmico “desideologizado” porque “verdadeiramente” científico da cultura uspiana. Os trabalhos de Caio Navarro de Toledo (1997 [1ª. Edição é de 1977]) e de Maria Silvia de Carvalho Franco (1978) configuram bem esse propósito geral de *esmagamento ideológico* do ISEB e o trabalho de Carlos Guilherme Motta (1985) dá o tom particular da crítica à obra de Nelson Werneck Sodré, numa série de adjetivações desqualificadoras, termos visivelmente retóricos que demonstram efetivamente o fato de que o “famoso” professor uspiano nada tinha lido da sodreana. Aliás, importa ressaltar que Nelson Werneck Sodré não deixou tais personalidades acadêmicas sem resposta, sobre o livro de Motta escreveu um notável artigo ao qual deu o título de: *Um travesti impune*².

Numa página de suas memórias, Nelson Werneck Sodré resume assim a sua trajetória, até o final da década de 1960, até o momento em que começou a escrever suas memórias:

Nasci em 1911; tinha três anos, ao irromper a Primeira Guerra Mundial; seis, quando surgiu a Revolução de Outubro; sete, quando terminou a guerra; onze, quando o Brasil completou um século de vida independente (sendo, entretanto, tão dependente ainda). Vivi o tempestuoso período entre a

Primeira e a Segunda Guerra Mundial, com todas as manifestações de renovação econômica, política, social, artística, e também as de desespero, a busca angustiada da originalidade, em arte, e a luta violenta pelo poder; vivi o mundo em que viveram o kaiser Guilherme II, da Alemanha, o imperador Francisco José, da Áustria-Hungria, Clemenceau, Poincaré, Chamberlain, Lloyd George, o czar Alexandre III, o presidente Wilson, Sun Yat Sen, Lênin, para chegar à fase em que viveram Hitler, Mussolini, Roosevelt, Stálin. No Brasil atravessei justamente o tempestuoso período do tenentismo, na agonia da República oligárquica; do Modernismo, em literatura e nas artes; da Revolução de 1930, do movimento de 1932, do levante de 1935, da ditadura do Estado Novo, do putsch de 1938, da Segunda Guerra Mundial e de nossa participação nela; da reconstitucionalização e das lutas políticas subseqüentes, com os golpes e tentativas de golpe de 1945, de 1954, de 1955, de 1961, de 1964, da ditadura militar então instaurada (SODRÉ, 1970: 15).

Após esse amplo, mas sumário quadro complementa: “*Como assisti a tudo com muita atenção e, no que diz respeito ao Brasil, com muita participação, suponho ter o que contar*” (SODRÉ, 1970: 15). E tinha mesmo, suas memórias somam seis volumes, quatro que perfazem o conjunto – *Memórias de um Escritor* e dois que perfazem o conjunto – *Memórias de um Soldado*. Por ter se preocupado em separar a sua memorialística nesses dois blocos, o autor acabou por sugerir duas vocações: a do militar e a do escritor. As duas vocações são apenas uma questão formal, é impossível separar a intervenção pública do intelectual sem

² O artigo foi republicado em SODRÉ (1987)

considerar que a mesma traduzia a sua intervenção pública como militar.

Por limitações financeiras de sua família, ainda muito jovem, o autor passou a freqüentar o Colégio Militar (1924), seguindo carreira, depois, também na Escola Militar (1931), sendo graduado oficial em 1934. O Exército era uma opção fundamental para os filhos da classe média carioca. Dentro do Exército encontrou espaços culturais nos quais, como qualquer aluno, poderia se expressar intelectualmente, o que não deixou de fazer, por exemplo, quando da sua ativa colaboração na Revista da Escola Militar.

Umberto Peregrino (1967) em estudo sobre as instituições culturais do Exército, ao descrever a vida cultural dos estudantes-cadetes da Escola Militar do Realengo (Rio de Janeiro) destaca a grande importância na instituição do órgão interno de representação estudantil: a *Sociedade Acadêmica* e sobre essa sociedade apresenta a seguinte notícia: *da responsabilidade da 'Acadêmica' era a Revista da Escola Militar*” que em “1933, quando a dirigiu o cadete Nelson Werneck Sodré, (...) fez dela uma publicação cultural de alto nível (PEREGRINO, 1967: 73).

A pesquisa de Paulo Cunha (2002) é exaustiva no levantamento das publicações que Sodré fez aparecer não só em periódicos da corporação como aquelas aparecidas na grande imprensa, por exemplo, só no jornal *Correio Paulistano*, foram quase vinte anos (entre as décadas de 1930 e 1940) de colaboração como colunista semanal opinando sobre a produção literária do país ou sobre assuntos da vida política. Essa produção como colunista do jornal reúne mais de três mil artigos. Esses trabalhos na imprensa dão-lhe projeção nacional. É importante destacar que mesmo com os deslocamentos

obrigatórios pelo território nacional impostos pelo seu trabalho como militar de carreira, nunca deixou de publicar suas colunas na imprensa e mais, passava também a colaborar com veículos da imprensa regional dos locais onde estava designado pela corporação. E com esse trabalho notabilizou-se como um importante crítico literário nacional e grande parte de sua obra tem essa característica de opinião e intervenção ensaística sobre a produção literária e cultural nacional.

Em meados da década de 1940, por causa dos conflitos internos na corporação militar, desencadeados pelo projeto de aproximação nacional com os EUA durante o governo Dutra, Nelson Werneck Sodré chega a uma clara definição política em favor da corrente nacionalista, centrada naquela ocasião na intervenção pública do General Estillac Leal em defesa da nacionalização da prospecção do petróleo em solo brasileiro sob condução única e exclusiva do Estado nacional brasileiro. Em torno da questão do petróleo, no final da década de 1940, o Exército e as Forças Armadas em geral dividiram-se em duas correntes políticas, divisão que haveria de marcar inexoravelmente a trajetória das instituições da República brasileira até 1964. O nacionalismo militar afrontaria diretamente as demandas do bloco centralizado no projeto da Escola Superior de Guerra (ESG), que Dutra encampara em 1947 como parte da política de aproximação com os EUA. A ESG foi a expressão máxima na América do Sul das diretrizes ideológicas das Escolas Militares norte-americanas que com o início da Guerra Fria (1947) haveriam de pautar sua agenda política pela radicalidade das campanhas anticomunistas.

A divisão política no Exército será explicitada na corporação e na sociedade civil com os embates da campanha para a direção do Clube Militar em 1950, quando o grupo nacionalista liderado pelo General Estillac Leal foi o vencedor das eleições para a gestão 1951-1952. Sodré participou ativamente da campanha eleitoral ao lado do grupo nacionalista. Essa escolha o marcaria politicamente pelos próximos anos, e com essa escolha definiu também os seus inimigos políticos, e um desses inimigos foi o General Nelson de Melo que nas eleições de 1952 para o Clube Militar, como vice da chapa vitoriosa do general Etchegoyen, a *Cruzada Democrática* que haveria por derrotar o grupo nacionalista³. E além do mais, essa divisão ideológica na instituição ficou mais acirrada quando Estillac Leal tornou-se o Ministro da Guerra do segundo governo de Getúlio Vargas. Nelson de Melo, anos depois, como assessor militar de Juscelino Kubitschek não poupou esforços para convencer o presidente da necessidade do fechamento do ISEB, visto como um “antro de comunistas”, isto porque o ISEB (em 1959) fazia concorrência direta à ESG no que se refere à sua projeção institucional frente aos escalões intermediários da hierarquia militar das Forças Armadas nos cursos de formação que promovia⁴.

No final da década de 1950 quando Nelson Werneck Sodré já marcava sua trajetória dentro do ISEB, durante algum tempo (1959 e 1960) também

teve uma experiência como quadro convidado junto às reuniões num dos grandes cenáculos de organização das classes dominantes – O Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio, sediado no Rio de Janeiro. Dos “personagens iminentes” que encontrou nesse Conselho Técnico destacavam-se o liberal Eugénio Gudín, que *era, sem a menor dúvida, a figura central (...), o seu mentor, por assim dizer, o seu oráculo, o seu profeta* (SODRÉ, 1970: 71). Nas reuniões que participou, Sodré afirma-nos que optou pela discricção, preferiu ouvir e aprender a confrontar. Em 1961, o convite a Sodré não foi renovado. Naquela conjuntura, o diálogo ainda que formal do empresariado com quadros intelectuais do Exército (mesmo os nacionalistas) já não era mais necessário. A política externa dos EUA, através do programa da *Aliança para o Progresso*, oferecia impressionante estratégia para combater com a força, se necessário fosse, os eventuais conflitos que poderiam advir da crise macroestrutural a que se submetia a lógica da acumulação capitalista no Brasil. Sodré, nesse instante, preparava-se para trazer a público os dois livros que o consagrariam: *Formação do Brasil Contemporâneo* (1962) e *História da Burguesia Brasileira* (1964). Essas publicações resultavam-se do seu trabalho como professor no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB).

O ISEB na sua historicidade institucional passou por três momentos ou fases que assim podem ser resumidas: de 1956 ao início de 1959 um momento mais “ecletico” dentro de uma configuração institucional de agência governamental com um papel programático centrado na perspectiva de assessorar as diretrizes do planejamento de Estado, um centro de estudos

³ Sobre a história político-institucional do Clube Militar, em especial para o período crítico de 1945-1964, consultar o texto de PEIXOTO (s.d.p.); e para uma descrição introdutória das lutas políticas no interior da corporação militar, consultar CARVALHO (2005).

⁴ Sobre essa luta política interinstitucional da ESG com o ISEB, consultar PINTO (2006).

vocacionado para o diagnóstico das principais questões nacionais. De 1959 a 1963, com a saída de Guerreiro Ramos e Hélio Jaguaribe, o Instituto redefinirá a sua prática institucional como um cénaculo intelectual do nacionalismo de então, o ISEB aproxima-se do PCB e do conjunto sindical nacional, trás para dentro de si a complexidade dos debates estudantis do período, por exemplo. E de meados de 1963 a março de 1964, definiu-se como o mais importante emblema do nacionalismo de “esquerda” na luta social antiimperialista. Uma semana após o Golpe de 31 de março as instalações do Instituto foram completamente vandalizadas pelas forças golpistas e grande parte dos isebianos de então foram presos (Sodré incluído, depois de várias semanas em fuga, foi capturado quando se escondia no interior de uma fazenda em Fernandópolis [noroeste de São Paulo]) e muitos outros fugiram para o exílio.

Foi em 1958 que se explicitou a marca do confronto político contra o ISEB. A publicação em dezembro desse ano do livro de Hélio Jaguaribe *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira* (1958) provocou a maior cisão política na história da instituição, e a opinião pública nacional foi envolvida nesses debates internos que enquadravam criticamente o livro de Jaguaribe como uma referência a favor do imperialismo econômico norte-americano. O *caso Jaguaribe* acabou por ter grande repercussão e em vários órgãos da imprensa carioca e paulistana contrários ao ISEB (os mais evidentes foram a revista Manchete e os jornais O Globo e O Estado de S. Paulo). As duríssimas críticas de Carlos Lacerda foram exemplares nesse sentido. Nelson Werneck Sodré foi o único isebiano a enfrentar esses ataques na imprensa

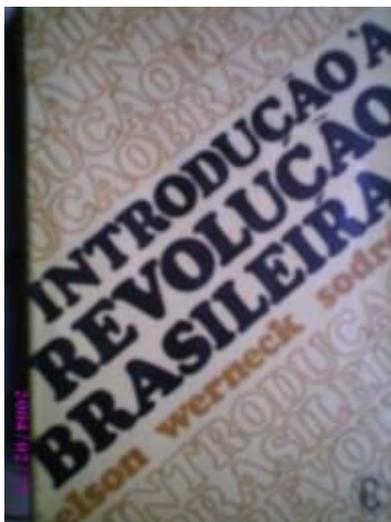
através de sua coluna no jornal *Última Hora*.

Por causa dos acontecimentos de 1958 e pela saída de dois dos fundadores do Instituto, no ano de 1959, no mês de abril, foi aprovada, por decreto presidencial uma reformulação estatutária que deu mais autonomia de ação política e pedagógica ao ISEB. De 1959 a 1964, os rumos políticos da instituição se deslocariam definitivamente para a esquerda, isto é, passariam a enfatizar cada vez mais os propósitos nacionalistas do que se convencionava chamar de *revolução burguesa* em curso no país. Mas dentro desse marco cronológico é ainda necessário afirmar que no ano de 1963 houve, é possível afirmá-lo assim, momento de radicalização das práticas políticas do instituto, práticas que Sodré denominará de “esquerdistas”, como a radicalização da *revolução brasileira* rumo ao socialismo, como indicadas, por exemplo, nas intervenções públicas do jovem isebiano Wanderley Guilherme (PINTO, 2006).

Para ressaltarmos a participação de Nelson Werneck Sodré no Instituto, foi como professor responsável pela disciplina “Formação Histórica do Brasil”, que no ano de 1956 deu vinte e duas sessões de aulas (cada sessão era semanal e acontecia ao longo do ano letivo. O ISEB promovia cursos anuais de extensão). Em 1957 foram vinte e quatro sessões de aulas e a coordenação de cinco seminários. Em 1958 foram vinte e duas sessões de aulas e três seminários. Em 1959 (quando já tinham saído os professores Hélio Jaguaribe e Guerreiro Ramos), ministrou cinquenta e três sessões de aulas e quatro seminários. E, em 1960, foram cinquenta e oito sessões de aulas e vinte e nove seminários. Nota-se que houve uma ampliação expressiva das jornadas

de trabalhos individuais para preencher as lacunas provocadas pela saída de Guerreiro Ramos e Hélio Jaguaribe (PINTO, 2005 e 2006).

Além das aulas nos cursos regulares, os professores isebianos, também promoviam cursos, palestras e conferências para o grande público nas instalações do ISEB ou em outras instituições, procurando atender a demandas específicas. Em 1956, apenas um professor deu curso fora do ISEB, em 1957, foram dois cursos externos, em 1958, foram quatro cursos (dois no ISEB), em 1959, foram doze cursos. Nesse momento, já com a alteração dos Estatutos, o ISEB passava a desenvolver ampla campanha de suas atividades, destacando-se as inúmeras palestras que Roland Corbisier realizava nesses cursos (Sodré pouco participava de atividades fora da instituição, cumpre lembrar que no período em questão, o autor ainda estava na ativa como Coronel de Brigada, lotado no Rio de Janeiro). Além do aumento substantivo dessas atividades, o público também era mais bem definido, eram cursos que visavam ao esclarecimento de um público de características mais corporativas, por exemplo, foram realizados três cursos para Oficiais das Forças Armadas no Rio de Janeiro e um no Círculo Militar de Porto Alegre que obteve um total espantoso de seiscentos inscritos (fatos esses que provocaram a fúria do Estado Maior das Forças Armadas contra a ação do ISEB). Além dos militares, entidades sindicais do Rio de Janeiro e de Niterói também promoveram cursos com professores isebianos (um curso em cada cidade. No ano de 1960,



listam-se as mesmas atividades e que também foram apresentadas em Santos e Campinas no Estado de São Paulo e em Salvador, na Bahia).

Quase toda a produção dos professores isebianos era publicada com a chancela oficial do ISEB e do Ministério de Educação e Cultura. No caso de Nelson Werneck Sodré, grande parte de sua produção bibliográfica do período, originou-se de conferências e palestras ministradas no ISEB, principalmente os livros: *Introdução à Revolução Brasileira* (a primeira edição saiu em 1958), *Ideologia do Colonialismo* – publicado em 1961 – e, o que é o seu maior estudo político e historiográfico *Formação Histórica do Brasil* (de 1962). Foi nas práticas políticas de sua atividade docente que o autor organizou estes e outros trabalhos de historiografia e cultura brasileira.

Na sua definição estatutária, o ISEB era fundamentalmente um centro de estudos, que após 1958, como descrevemos transcendeu essa *limitação* e passou também a exercer de maneira sempre crescente, uma grande influência sobre a sociedade civil com a organização, entre outras práticas, repito, de “*cursos para sindicalistas, para os militares nacionalistas e, principalmente, para os estudantes em busca de uma ciência social mais engajada do que a ensinada nas universidades*” (PÉCAUT, 1990: 112). A função do ISEB seria então, historicamente processual, isto é, seria uma instituição que a partir da investigação sobre o desenvolvimento histórico nacional, investigação essa que seria *ideologicamente positiva*

(conforme os isebianos, porque partiria de carecimentos apontados pela demanda popular e não mais pelas vicissitudes específicas da vontade particular de cada intelectual – como sempre acontecera na história intelectual do país, segundo Vieira Pinto). Ideologicamente positiva porque trataria da *verdade* nacional, já que naquele momento de inserção histórica das massas populares no processo histórico nacional, e o ISEB sendo um dos alicerces institucionais dessa inserção, naquele momento, rompia-se com a alienação imposta do atraso colonial. O *povo* assumia-se em sujeito da História. A ruptura com o estatuto colonial da nação negava ao povo, de maneira consciente, o estatuto de um povo entendido apenas como objeto histórico visto sempre pela *consciência de outrem* (os intelectuais de antes do processo da revolução brasileira) como *objeto histórico* e não como *sujeito histórico* (PINTO, 2006).

Paulo Cunha (2002), o melhor intérprete da obra sodreana, apresenta um detalhado levantamento da produção intelectual de Nelson Werneck Sodré, principalmente aquela desenvolvida entre as décadas de 1930 e 1940, incluindo-se nessa, os inúmeros artigos publicados em jornais e revistas (do Colégio e da Escola Militar na década de 1930, antes do aparecimento, em 1938, do seu primeiro livro *História da Literatura Brasileira*⁵), as publicações



iniciais na imprensa marcavam-se por uma atividade de divulgação como resenhista e comentador de obras publicadas pelas principais casas editoriais do Rio de Janeiro e São Paulo, junto com alguns artigos de opinião versando sobre a conjuntura a que estava envolvido. Muitos desses artigos foram depois reescritos e ampliados em forma de capítulos de livros, esse é o caso do primeiro livro publicado em 1938.

Em 1939, publicou seu primeiro trabalho de análise historiográfica – *Panorama do Segundo Império*, seguido em 1941 do ensaio de geografia econômica *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril*. Em 1942, publica *Orientações do Pensamento Brasileiro* livro dedicado a algumas das mais importantes figuras da *intelligentsia* nacional, que lhe eram contemporâneas, nele também retomou e ampliou alguns artigos publicados na imprensa carioca e paulista. Retomando o sentido do seu primeiro livro, volta à análise

histórica – literária em 1943, com a publicação de *Síntese do Desenvolvimento Literário no Brasil*. Em 1944, aparece o seu primeiro grande esforço explicativo de síntese sobre a formação histórica do Brasil: *Formação da Sociedade Brasileira*. E em 1945, um dos seus livros mais conhecidos: *O Que se Deve Ler Para Conhecer o Brasil*. Este conjunto de títulos, mais alguns artigos publicados na revista *Cultura Política*⁶, forma um todo

⁵ SODRÉ, N. W. *História da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultura Brasileira S/A, 1930. Este livro foi ligeiramente ampliado na segunda edição (Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1940) e amplamente reformulado na sua terceira edição de 1960.

⁶ Entre outros artigos, destaque: Um sentido político. In Revista *Cultura Política*, Ano 01, n. 04, Rio de Janeiro, junho de 1941, pp. 151-158; e também: Novos aspectos da circulação social

coerente que dá suporte estrutural a uma visão de mundo política ajustada aos princípios gerais do projeto varguista com o Estado Novo. Neste conjunto de obra a marca do nacionalismo corporativista é estrutural em Werneck Sodré e o projeto capitalista organizado pelo Estado Novo (1937) a sua melhor expressão, o autor é um entusiasta do projeto capitalista *estadonovista*, sua trajetória somava-se à de Azevedo Amaral, Oliveira Vianna entre muitos outros.

Depois de 1945, Nelson Werneck Sodré só voltaria a publicar outro livro no ano de 1958. Não significa que tenha abandonado a sua atividade intelectual nesse período. Continuou colaborando sistematicamente com alguns dos principais jornais do país⁷, e, além disso, como já apresentado, viu-se mobilizado em intensa participação política como membro do Clube Militar e depois como um dos fundadores do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Por causa dessas duas experiências políticas, após 1958, a natureza estrutural de sua análise manifestou-se com substancial modificação, principalmente no que se refere ao método (nem tanto quanto aos temas e problemas apontados que já apontava no primeiro momento).

Nelson Werneck Sodré apresenta em 1958, a sua reestréia como escritor quando publica um livro de ensaios – *Introdução à Revolução Brasileira* – com textos desenvolvidos para as aulas de História do Brasil que ministrava para os cursos regulares do ISEB. Esse

no Brasil. In Revista *Cultura Política*, Ano 02, n. 12, Rio de Janeiro, fevereiro de 1942, pp. 65-70.

⁷ Consultar CUNHA (2002), onde está apresentado um exaustivo levantamento e análise de quase todos os textos que Sodré publicou na imprensa nacional, da década de 1930 ao começo da década de 1950.

livro terá o acréscimo de outros ensaios quando da segunda (1963) e terceira edição (1967). O grande ponto a destacar desta obra, é o fato de que nela aparecem pela primeira vez, num quadro de explicação do mercantilismo colonial, as *formas feudais* residuais, nascidas nas áreas de grande estagnação econômica, fato surgido, no século XVIII, como termo de regressividade àquela estrutura dominante.

A idéia geral do livro era a que constata a necessidade imperativa de consumação da Revolução Brasileira, iniciada com a Revolução de 1930, isto para um quadro contemporâneo à produção do modelo teórico do autor:

(...) os aspectos mais importantes do processo histórico, nesta fase que vamos vivendo, estão na crise geral do capitalismo, ligada à etapa imperialista, na ampliação do sistema socialista e na decomposição do sistema colonial, seja pela emancipação que gera novos países nas zonas em que vigorava o colonialismo político e econômico, seja pela libertação dos países que, tendo conquistado a autonomia formal em fase anterior, permaneceram com a sua economia dependente e por isso mesmo são englobados, com aqueles agora em processo de emancipação, na categoria dos subdesenvolvidos ou periféricos. (...) Para os países do tipo do Brasil, as contradições fundamentais, - as que a Revolução Brasileira enfrenta, - são a nacional e a democrática (SODRÉ, 1982: 396-397).

Das contradições a solucionar, qual seria, então, o modelo de práticas a impor a uma agenda nacional de desenvolvimento?

(...) não há saída para o desenvolvimento com a política de compromissos com o imperialismo, a que constitui, aqui, a base do que

se convencionou conhecer como 'desenvolvimento'. Medidas obrigatórias preliminares ao desenvolvimento autêntico seriam obrigatórias: o monopólio estatal do câmbio em benefício dos empreendimentos nacionais; rigoroso controle das remessas de lucros e, portanto, das divisas que as atendem; abolição dos privilégios que cobrem os investimentos estrangeiros em prejuízo dos investimentos nacionais; nacionalização da produção e da distribuição da energia elétrica; adoção de formas nacionais inequívocas de monopólio de Estado; reforma agrária; auto-suficiência no abastecimento de petróleo (SODRÉ, 1982: 384).

Descrita assim a agenda global do desenvolvimento, o autor apresenta o conteúdo social de classe da revolução nacional brasileira:

Há uma contradição fundamental entre a Nação e o imperialismo; em outras palavras, entre o povo brasileiro e o imperialismo. *Povo brasileiro, nesta fase histórica, compreende o proletariado, o campesinato, a pequena burguesia e a parte da alta e média burguesia conhecida como burguesia nacional.* O imperialismo tem os seus aliados nos latifundiários e em parte da alta e da média burguesia e recruta os seus agentes nessas classes e na pequena burguesia, que lhe fornece quadros intelectuais e militares principalmente. Há contradições no seio do povo, destacando-se, pelo seu caráter antagonico, aquela entre a burguesia e o proletariado. O tratamento dessas contradições reflete-se no desenvolvimento da Revolução Brasileira (SODRÉ, 1982: 401).

Com o processo de desenvolvimento submetido à lógica global do

capitalismo monopolista, o autor enfatiza a democracia como solução possível para práticas de reorganização de formas capitalistas anti-monopolistas:

A concentração capitalista gera antagonismos no seio da burguesia: as categorias médias e inferiores tendem a ser absorvidas pelos monopólios. Na medida em que isso acontece, o capitalismo se incompatibiliza com a democracia porque esta entrava a referida absorção, permitindo aos grupos explorados expressar a sua resistência. A legalidade democrática, assim, torna-se asfixiante para o capitalismo monopolista. A saída natural e única para este, consiste na liquidação pura e simples da democracia (SODRÉ, 1982: 401-402).

Se o *povo*, enquanto categoria síntese não traduzia ainda a organicidade interclassista de resistência ao imperialismo, a defesa da democracia tornava-se então a peça fundamental para a continuidade das práticas constituidoras de estruturas capitalistas nacionais dimensionadas por critérios e necessidades do povo brasileiro, o que quer dizer uma *redimensão democrática para um projeto de capitalismo corporativista*, na sua essência, assim percebida, o fato a concluir é que a visão de mundo do autor permanece nos quadros da *democracia corporativa*, a coesão das classes nacionais progressistas (sic) mantinha um ideário nacional-corporativo (o que remete o autor à herança estadonovista de Vargas), mas radicalizava na década de 1960 a esfera institucional da democracia representativa, ou seja, de um modelo de capitalismo de mais-valia absoluta (no modelo nacional-corporativo estadonovista), Werneck Sodré defendia às vésperas do Golpe

Militar de 1964, a democracia da mais-valia relativa.

Em países como o Brasil, a fraqueza do movimento democrático está no *baixo nível de organização da classe operária, no atraso do campo e na deficiência de unificação entre a classe operária e as outras classes e camadas sociais que, na atual etapa histórica, constituem o povo brasileiro* (SODRÉ, 1982: 402 – destaques meus).

E aqui a síntese sodreana para a Revolução Brasileira, a revolução capitalista da democracia da mais-valia relativa:

A defesa do regime democrático, no processo da Revolução Brasileira, não se prende a uma legalidade formal, mas na compreensão de que a democracia é o caminho apropriado ao seu desenvolvimento. Não interessa ao nosso povo, evidentemente, uma legalidade qualquer, e uma democracia qualquer, *mas o regime democrático efetivo cujo conteúdo esteja intimamente ligado ao desenvolvimento de alterações econômicas, políticas e sociais capazes de afetar profundamente o país e corresponder ao avanço das forças produtivas que impõem modificações radicais nas relações de produção* (SODRÉ, 1982: 402 – destaques meus).

Referências

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Um Olhar à Esquerda: A utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Revan, São Paulo: FAPESP, 2002.

FRANCO, Maria Silvia de Carvalho. O tempo das ilusões. In CHAUI, Marilena. *Ideologia e*

mobilização. Rio de Janeiro: Paz e Terra/CEDEC, 1978.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Ática, 1985.

NETTO, José Paulo. Nelson Werneck Sodré e a fundação da história marxista da literatura brasileira. In NETTO, José Paulo. *Marxismo impenitente: contribuição à história das idéias marxistas*. São Paulo, Cortez Editora, 2004 (pp. 175-201).

PÉCAUT, Daniel. *Os Intelectuais e a Política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

PEIXOTO, Antônio Carlos. O Clube Militar e os confrontos no seio das Forças Armadas (1945-1964). In ROUQUIÉ, Alain (coord.). *Os Partidos Militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, s.d.p. (pp. 71-113).

PINTO, João Alberto da Costa. Historiografia, Projeto Teórico e Práticas Institucionais – um estudo de caso: Nelson Werneck Sodré e o ISEB. In MENDONÇA, Sonia Regina de (Org.). *O Estado Brasileiro: Agências e Agentes*. Niterói: Editora da UFF / Vício de Leitura, 2005 (pp. 245-264).

PINTO, João Alberto da Costa. O ISEB “por ele mesmo”. Práticas institucionais e modelos ideológicos. In MENDONÇA, Sonia Regina de (Org.). *Estado e Historiografia no Brasil*. Niterói, RJ: Editora da UFF / FAPERJ, 2006 (pp. 323-342).

SILVA, Marcos (org.). *Nelson Werneck Sodré na Historiografia Brasileira*. Bauru, SP: EDUSC / FAPESP, 2001.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Do Tenentismo ao Estado Novo - Memórias de um Soldado*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

_____. *A Fúria de Calibã: memórias do golpe de 64*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

_____. *A Ideologia do Colonialismo: seus reflexos no pensamento brasileiro* [3ª. edição]. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.

_____. *A Luta pela Cultura*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. *Do Estado Novo à Ditadura Militar - Memórias de um Soldado*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

_____. *Formação da Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1944.

_____. *Formação Histórica do Brasil*. São Paulo: Difel, 1982.

_____. *História da Burguesia Brasileira*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983.

_____. *História da Literatura Brasileira: seus fundamentos econômicos* [1ª. edição]. São Paulo: Edições Cultura Brasileira, 1938.

_____. *História da Literatura Brasileira: seus fundamentos econômicos* [2ª. edição]. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1940.

_____. *História e Materialismo Histórico no Brasil*. São Paulo: Global, 1987.

_____. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____. *Introdução à Revolução Brasileira* (1ª. edição). Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1958.

_____. *Introdução à Revolução Brasileira* (4ª. edição revista e ampliada). São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

_____. *Memórias de um Escritor - I*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

_____. Novos aspectos da circulação social no Brasil. In revista *CULTURA POLÍTICA*, Rio de Janeiro, ano 02, n. 12, fevereiro de 1942, pp. 65-70.

_____. *O Que se Deve Ler Para Conhecer o Brasil* (5ª. edição). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

_____. *Oeste: Ensaio sobre a Grande Propriedade Pastoral*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1941.

_____. *Ofensiva Reacionária*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

_____. *Orientações do Pensamento Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Vecchi, 1942.

_____. *Radiografia de um Modelo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.

_____. Um sentido político. In revista *CULTURA POLÍTICA*, Rio de Janeiro, ano 01, n. 04, junho de 1941, pp. 151-158.

TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: Fábrica de Ideologias*. (1ª. Edição 1977) Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.